



Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

ENCERRAMENTO/2023
RETIFICAÇÕES

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ
SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

RETIFICAÇÕES

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) – Análise Horizontal - AH

Onde se lê -8,83%, leia-se -8,12%.

Onde se lê 6,63%, leia-se 6,30%.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) - Análise Vertical – AV

Onde se lê: 31,58%; 17,72%; 34,55%; 9,37%; 5,56%; 14,70%; 13,02%; e 9,14%.

Leia-se: 31,33%; 24,58%; 4,68%; 1,64%; 0,43%; 14,59%; 12,20%; e 2,34%.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) – Coluna: “31/12/2023 (R\$)”

Onde se lê “Resultado Patrimonial do Período (III = I – II)” R\$ 47.370.554,24 AH: -76,07%, leia-se “Resultado Patrimonial do Período (III = I – II)” 70.801.620,52 – AH: -65,18%.

Tabela 2 – Créditos a Receber

Onde se lê saldo de 31/12/2023 valor R\$ 83.997.586,29, leia-se R\$ 84.040.053,42.

Tabela 3 – Considerar os dados da tabela abaixo:

TABELA 3 – AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS			
MEMÓRIA DE CÁLCULO (CONTAS 113410101; 113410102, 121210401 E 121210402)			
	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2022 (R\$)
Créditos Adm. Danos ao Patrimônio Acumulados no Ano (A)	775.461,25	796.203,65	950.234,47
Baixas Diversas* (B)	12.327,43	12.389,27	134.014,49
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	1,59%	1,56%	14,10%
Créditos Adm. – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	763.133,82	783.814,38	816.219,98
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	-	2.574,56
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,00%	0,315%
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	763.133,82	783.814,38	813.645,42

Tabela 4 – Imobilizados (Móveis x Imóveis) coluna 31/12/2022

Onde se lê 418.376.524,23, leia-se 418.376.624,23;

Onde se lê Bens imóveis (vi – iii – iv) R\$ 418.291.064,65, leia-se Bens Imóveis (vi – iii – iv) 418.291.164,65.

Tabela 5 – Intangíveis (Vida Útil Definida x Indefinida)

Onde se lê 55,91%, leia-se -44,08%

Tabela 7 – Saldos Transitórios de Precatórios

Considerar os dados da tabela abaixo:

TABELA 7 – SALDOS TRANSITÓRIOS DE PRECATÓRIOS		
PRECATÓRIOS E RPVS		
	2023 (R\$)	2022 (R\$)
Precatórios a Pagar (Poder Judiciário)	209.783.372,85	674.806.125,47
RPVs a Pagar (Poder Judiciário)	126.383.418,00	104.233.089,00
PSSS Patronal a Recolher (Poder Judiciário)	18.969.151,21	4.509.224,10
TOTAL		100%

Tabela 10 – Obrigações Contratuais

Onde se lê 311.746.494,60 (34,00%), leia-se 309.538.646,42 (35%).

Onde se lê 329.114.438,68 (50,09%) leia-se 326.906.590,50 (51,11%)

Tabela 13 – Execução das Despesas por Elemento, considerar a tabela a seguir:

	Onde se lê		Leia-se	
	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	Despesas Empenhadas (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)
Outros serviços de terceiros PJ-OP.INT.ORC	116.033.818,28	98.650.266,39	116.770.635,13	99.282.865,08
Serviços de Tecnologia da Informação e comunicação - PJ	76.617.424,34	51.230.534,20	76.619.046,33	51.231.930,10
Indenizações e Restituições	7.141.274,67	5.991.284,00	7.203.327,63	6.023.639,42
Passagens e Despesas com Locomoção	3.347.082,94	3.067.394,06	6.651.482,77	5.683.324,71
Outros Serviços de Terceiros - P.Física	1.331.150,58	1.203.855,41	5.089.864,64	4.748.074,85
Diárias - Pessoa Civil	1.071.219,68	1.071.219,68	1.538.581,14	1.538.581,14
Obrigações tributárias e Contributivas	161.125,36	153.681,64	181.643,06	171.184,54
TOTAL	205.703.095,85	161.368.235,38	214.054.580,70	168.679.599,84

Nota Explicativa 2 – “Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos”

Onde se lê: “O saldo em 31/12/2023 é de R\$ 669.773,66 (seiscentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos) esclarecendo que os percentuais por perdas nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 foram, respectivamente 3,23%, 21,46% e 31,75%, conforme memória de cálculo a seguir.”.

Leia-se: “O saldo em 31/12/2023 é de R\$ 505.904,18 (quinhentos e cinco mil novecentos e quatro reais e dezoito centavos) esclarecendo que ele iniciou o ano de 2023 com o valor de R\$ 649.708,63 e foi baixado em R\$ 143.804,45 devido a perdas que foram confirmadas no decorrer do exercício (649.708,63 – 143.804,45 = 505.904,18).”.

No item “Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Longo Prazo”

Onde se lê: “R\$ 92.259,13 (noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais e treze centavos) e inscrição em dívida ativa no total de R\$ 119.449,72 (cento e dezenove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos).”.

Leia-se: “R\$ 110.872,48 (cento e dez mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos) e inscrição em dívida ativa no total de R\$ 118.849,72 (cento e dezoito mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos).”.

Nota Explicativa 3 – Estoques

Onde se lê: R\$ 8.320.455,46 (oito milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos); e R\$ 7.787.632,49 (sete milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos);

Leia-se: 8.123.325,85 (oito milhões, cento e vinte três mil, trezentos e vinte cinco reais e oitenta e cinco centavos); e R\$ 7.590.502,88 (sete milhões, quinhentos e noventa mil, quinhentos e dois reais e oitenta e oito centavos);

Nota Explicativa 3 – Estoques

Inclusão do texto: “Importante destacar que o item Material Bibliográfico, que encerrou o ano de 2023 com o saldo de R\$ 3.507.747,23, tem suas entradas e saídas lançadas no relatório RMA do sistema Administra sem compor, neste sistema, o saldo final de estoque. Já no sistema SIAFI, seu saldo é registrado na conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro) que não tem relação com o RMA.”.

Nota Explicativa 4 – Imobilizado (Bens Móveis)

Onde se lê “Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no Anexo III com o respectivo montante na conta SIAFI (R\$ 111.461.138,17 – cento e onze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, cento e trinta e oito reais e dezessete centavos).”.

Leia-se “Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no Anexo III com o respectivo montante na conta SIAFI (R\$ 113.525.927,11 – cento e treze milhões, quinhentos e vinte cinco mil, novecentos e vinte sete reais e onze centavos).”.

Nota Explicativa 4 – Imobilizado (Bens Imóveis)

Onde se lê: “...é de R\$ 399.039.853,77 (trezentos e noventa e nove milhões trinta e nove mil oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos)”.

Leia-se: “...é de R\$ 402.661.793,25 (quatrocentos e dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos)”.

Nota Explicativa 6 – Passivo Circulante – “Provisões a Curto Prazo”

Onde se lê: “21792.99.00 – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 33.137,78 (trinta e três mil, cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos). Idêntico ao anterior, mas para despesas extraorçamentárias. Após ajustes, o saldo desta conta encontra-se zerado.”.

Leia-se: 21792.99.00 – Outras Provisões de Curto Prazo - iniciou o atual exercício com o saldo de R\$ 33.137,78 (trinta e três mil, cento e trinta e sete reais e setenta e oito centavos) em natureza de despesa intraorçamentária e, após reclassificação para a conta 21791.99.00 (extraorçamentária), em agosto, ficou com saldo zerado.

Nota Explicativa 8 – Superávit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial e Ajustes de Exercícios Anteriores

Onde se lê: “... .Convém salientar que parte dos passivos a pagar se referem a empenhos de DEA (Despesas de Exercícios Anteriores) que são emitidos com indicação de passivo anterior e, portanto, não afetam o superávit ou déficit apurado no exercício corrente, sendo os mesmos contabilizados na conta de ajuste de exercícios anteriores, que atualmente possui o saldo negativo acumulado de R\$ 13.515.704,72 (treze milhões, quinhentos e quinze mil, setecentos e quatro reais e setenta e dois centavos).”.

Leia-se: “... .Convém salientar que parte dos passivos a pagar foram emitidos com ISF ‘P’ (Patrimonial) para posterior emissão de empenhos de DEA (Despesas de Exercícios Anteriores) com indicação de passivo anterior. Os passivos ISF ‘P’ não afetam o superávit ou déficit apurado no exercício corrente, pois são contabilizados diretamente no patrimônio líquido na conta ajuste de exercícios anteriores. A conta “Ajustes de Exercícios Anteriores”, classificada no Patrimônio Líquido, apresentava em 31 de dezembro de 2023 saldo devedor acumulado de R\$ 13.515.704,72 (treze milhões, quinhentos e quinze mil, setecentos e quatro reais e setenta e dois centavos). A expressiva variação observada em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, do registro do empenho nº 2023NE000035, no montante de R\$ 15.501.751,15 (quinze milhões, quinhentos e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), destinado à cobertura de despesas relativas a exercícios anteriores, especificamente com assistência médica e odontológica prestada a servidores deste Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Nota Explicativa 11 – Resultado Patrimonial.

Nas explicações, o item “Pessoal e Encargos Sociais e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” foi recortado de “VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)” e copiada em “VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)”.

Na explicação do Item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”:

Onde se lê: “Refere-se basicamente à incorporação em 2023 de R\$ 876.665.528,76 (oitocentos e setenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos) de obrigações com precatórios e RPV’s transferidos dos órgãos originários dos débitos para este Tribunal como forma de viabilizar sua liquidação perante os credores habilitados. No exercício de 2022, essa incorporação foi de R\$ 531.073.850,03 (quinhentos trinta e um milhões, setenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e três centavos).”

Leia-se: “Refere-se basicamente a dois motivos: incorporação em 2023 de R\$ 876.665.528,76 (oitocentos e setenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos) de obrigações com precatórios e RPV’s transferidos dos órgãos originários dos débitos para este Tribunal como forma de viabilizar sua liquidação perante os credores habilitados. No exercício de 2022, essa incorporação foi de R\$ 531.073.850,03 (quinhentos trinta e um milhões, setenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e três centavos); e redução significativa no valor total dos bens imóveis (redução a valor recuperável), no valor total de R\$ 53.471.238,23 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e setenta e um mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos), mesmo com a Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 (IPTU) indicando um percentual positivo de 7,19%. Destaca-se que essa redução se deu em virtude da discrepância do valor do terreno onde se situa a Sede deste Tribunal em comparação com o constante das pautas das leis de IPTU anteriores, esta ocorrência está sendo tratada junto aos órgãos pertinentes do Governo do Distrito Federal.”

Nas explicações, o item “Pessoal e Encargos Sociais e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” foi recortado de “VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)” e copiada em “VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)”.

Nota Explicativa 12 – Resultado Orçamentário – “Da execução Orçamentária - item 2”

Onde se lê: “...conforme comandos do art. 39 da Lei nº 14.436/2022 – LDO”, leia-se “conforme comandos do art. 35 da Lei nº 14.436/2022 – LDO”.

Da execução Orçamentária - item 3

Onde se lê: “Houve provisões concedidas à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no valor total de R\$ 13.956.445,00 (treze milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais)”.

Leia-se: “Houve provisões concedidas à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no valor total de R\$ 13.938.419,00 (treze milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais).

Da execução Orçamentária - item 6

Onde se lê: “...somaram no encerramento do exercício o montante de R\$ 1.827.613,46 (um milhão, oitocentos e vinte e sete mil, seiscentos e treze reais e quarenta e seis centavos), na conta SIAFI,”.

Leia-se: “...somaram no encerramento do exercício o montante de R\$ 1.890.990,33 (um milhão, oitocentos e noventa mil, novecentos e noventa reais e trinta e três centavos),”.

Anexo II – RMA

Onde se lê 8.320.455,46 e 7.787.632,49. Leia-se 8.123.325,85 e 7.590.502,88.

Acréscimo da linha “*Material Bibliográfico” e da explicação do asterisco abaixo do anexo.

Anexo III – RMB

Onde se lê “Material de TIC”, leia-se “Material de TIC*”

Anexo VI - Termos de Execução Descentralizada

Linha 1AAHYB – Onde se lê 3.985,90 e 55.660,75, leia -se 6.511,30 e 53.135,35.

Linha 1AAIFY – Onde se lê 266.666,66 E 533.333,34, leia-se 501.333,32 e 298.666,68.

Linha 696798 – Onde se lê 861.846,93 e 278.153,07, leia-se 920.573,11 e 219.426,89.

Linha 699768 – Onde se lê 1.996.244,90 e 105.065,50, leia-se 2.040.022,20 e 61.288,20.

Anexo VIII – Execução da LOA 2023 -considerar as retificações abaixo:

Fonte	FONTE POR GRUPO DE DESPESA					
	1 - PESSOAL	3 - ODC	4 - Invest	Total - Dotação atualizada	Total -despesa empenhada	AH
1000	991.805.203,00	462.332.848,00	107.069.019,00	1.561.207.070,00	1.442.521.532,14	92,40%
1001	73.843.705,00	0,00	0,00	73.843.705,00	71.823.217,93	97,26%
1027	0,00	51.639.616,00	0,00	51.639.616,00	51.634.485,35	99,99%
1050	0,00	13.361,00	0,00	13.361,00	0,00	0,00%
1052	0,00	482.090,00	0,00	482.090,00	0,00	0,00%
1056	342.535.547,00	0,00	0,00	342.535.547,00	342.535.547,00	100,00%
Total	1.408.184.455,00	514.467.915,00	107.069.019,00	2.029.721.389,00	1.908.514.782,42	94,03%



STJ **SUPERIOR**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA